

**EDITORIAL****Greve dos portos, serviços mínimos e requisição civil**

O Governo vai alterar o regime dos serviços mínimos dos portos, desadequados para as greves actualmente em curso nos portos de Lisboa, Setúbal e Figueira da Foz. É a resposta possível das autoridades à situação caótica de um sector tão importante para as exportações nacionais face à impossibilidade de decretar a requisição civil, que seria a atitude mais adequada à arrogância dos 230 estivadores em greve há mais de um mês. Uma greve que já fez as empresas nacionais perderem mais de mil milhões de euros e que está a fazer perigar o futuro de muitas exportações. O porto de Setúbal serve algumas exportadoras nacionais, como a Autoeuropa, Portucel, Secil, Somincor e Siderurgia. A greve está a obrigar as empresas a procurar alternativas em Sines e Leixões (que continuam a trabalhar), ou Espanha, com os custos que daí advêm e que, no caso do cimento, inviabilizam as vendas ao exterior. Também em Lisboa a greve tem afectado o movimento de cruzeiros que traz, anualmente, à capital centenas de milhares de turistas, isto para além, naturalmente, de estar a prejudicar as exportações dos fabricantes de cerveja e de vários produtores do sector agro-alimentar. Os estivadores acabam de marcar uma nova greve até dia 7 e estão a prejudicar fortemente a economia do País e de regiões económicas e socialmente deprimidas, como a de Setúbal. As autoridades só podem decretar a requisição civil em situação de emergência, se estiver em causa o abastecimento do País ou se não forem cumpridos os serviços mínimos previstos na lei. Por isso, o Governo convocou para quarta-feira uma reunião da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho com representantes das administrações portuárias, dos operadores e dos estivadores para definir novos serviços mínimos nos portos. ■